



O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E SEUS PROGRAMAS DE ACESSO: UMA SENDA PARA IGUALDADE

Geny Santos

Isabel Rodrigues Sanches

Resumo. Com características de alta seletividade, o Ensino Superior brasileiro tenta nas duas últimas décadas mudar sua realidade, democratizando o acesso com a implantação e implementação de políticas de inclusão. Este artigo compõe os resultados de uma investigação e figura como capítulo de uma tese de Doutorado em Educação. Objetiva identificar o acesso e permanência no ensino superior com evidências para políticas e programas, sobretudo, nas Universidades Públicas, propondo a questão: o que tem, nas últimas décadas, tornado a Universidade pública mais acessível a uma diversidade de classes sociais? Aqui fazemos um levantamento bibliográfico em bases de dados onde apontamos considerações sobre a importância destes programas, sobretudo, para as classes populares; mudanças no perfil do estudante que hoje esta nas Universidades Públicas; menor disparidade entre o número de ingressos e egressos da Universidade, e consequente permanência. Enfim, a significativa mudança ocorrida neste nível de ensino a partir de programas que favoreceram o acesso e manutenção acadêmicos, indicam a abertura de um pequeno espaço, aquilo que podemos chamar de senda da igualdade no acesso ao ensino superior, sobretudo, para os estudantes dos meios populares.

Palavras-chave: Ensino superior brasileiro. Programas de acesso. Políticas públicas em Educação.

Brazilian Higher Education and its access programs: a path to equality

Abstract. With high selectivity features, Brazilian Higher Education has been trying, along the last two decades, changing its own reality. Such trying has been taking place by implantation and implementation of social inclusion public policies, in order to make more democratic to poorer people the access to University. The following article is part of the aftermaths of an investigation, so as it is part of a PhD thesis 'chapter about Education. It aims for identifying the access and permanence on Higher Education with evidences to public policies and programs, mainly on Public Universities, as it proposes the following question: Along the last decades, what has made the University more accessible to a major diversity of social classes? A bibliographic survey was made here, according to data basis, where it was possible pointing the importance of such programs, mainly to popular classes; the changes on the student's profile who nowadays attends to the Public University; the minor disparity between the number of ingresses and egresses from University, as the consequent staying. Finally, the meaningful change in this level of education due to programs that favored the academic access and maintenance, indicates the opening of a little space, that we could possibly name as a path of equality in the access to Higher Education, mostly to the students who came from popular classes.

Keywords: Brazilian Higher Education. Access Programs. Educational Public Policies.



1. Introdução

“A cova em que estás, com palmo medida, é a cota menor que tiraste em vida”.
(João Cabral de Melo Neto)

O ensino superior no Brasil em pouco mais de uma década chegou a números significativos no que diz respeito ao ingresso, assim como, na mudança quanto ao perfil dos estudantes que tiveram acesso à Universidade pública, lugar que a bem pouco tempo, estava reservado, prioritariamente, a população branca, jovem, de classe média ou alta, com pais escolarizados e vindos do ensino básico cursado nas escolas particulares. Um grupo distinto daqueles estudantes que vêm de um ensino básico feito com algumas dificuldades como a vivência do trabalho/estudo que implica na necessidade de cursar o ensino noturno e ou as turmas de aceleração, por vezes de menor rentabilidade. Mesmo que para estudiosos como Romão e Benincá (2015, p. 116):

Um estudante que ingressa na universidade com limitações escolares não deve ser visto como um problema, mas como um desafio para a instituição. A capacidade de inclusão dos historicamente excluídos é que garante, de fato, um salto no compromisso social da universidade.

Pesquisas têm apontado as imensas dificuldades enfrentadas por estes estudantes, não apenas no acesso como durante toda trajetória acadêmica, sendo este um dos fatores que predispõe à desistência. No que diz Bourdieu (2015, p.45): “vê-se nas oportunidades de acesso ao ensino superior o resultado de uma seleção direta ou indireta que, ao longo da escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais”. Isso diz respeito aos percalços sofridos durante a formação no ensino básico brasileiro com evidentes deficiências estruturais, sobretudo, quanto à distribuição dos investimentos que impactam em todo o processo educativo.

As observações de Romão e Benincá (2015, p. 118) de que “durante muito tempo, o pensamento ocidental considerou que a universidade não era para todos; ela era destinada apenas a pequenas parcelas da população, na medida em que se entendia que determinadas ocupações profissionais não necessitavam de educação superior”. O



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

que hoje é atualizado na trajetória dos estudantes dos meios populares, dos negros, indígenas e outros grupos sociais como é o caso dos moradores de algumas regiões específicas do Brasil, a exemplo do norte e nordeste.

A questão acima mencionada demanda reforçar a função contemporânea da Universidade na produção de saberes compartilhados a partir do diálogo com a comunidade, sistematizando e ampliando conhecimento a partir de saberes locais, gerando e gerindo transformações. Tornar público o conhecimento, produzir e não apenas reproduzir, ou seja, buscar a cooperação com outros saberes. “Associada a esta característica, a universidade deve sua reconhecida longevidade à capacidade que tem mantido para se transformar e adaptar à evolução do mundo” (SANTOS & FILHO, 2012, p. 50). A partir desta ideia, os autores observam que isso vem como resposta aos estímulos exteriores, que impositivos ou não, aceleram o processo de mudança necessário às Universidades com vistas a um engajamento social, apesar de no Brasil, o nível de ensino superior se mostrar consideravelmente desarticulado com os outros níveis de ensino e questões sociais primárias.

No bojo desta discussão, lembramos as indagações de Santos (2015, p. 209) acerca da cientificidade produzida na academia e os saberes atrelados à prática, à vida cotidiana dos sujeitos que mesmo incorporando os conhecimentos acadêmicos é para lá que eles voltam, atribuindo-lhes novos significados:

Pode a sala de aula ser polifônica ao envolver dois professores, o científico e o artesanal? Poderão os livros, e outros materiais didáticos, ser co-autorados por professores dos dois tipos? Quanto tempo passariam professores e estudantes dentro e fora da universidade? Que nova porosidade entre os espaços de vida e os espaços de formação?

Neves (2013, p. 279) afirma que “o alto grau de exclusão escolar tem a ver com a própria estrutura e organização desse nível de ensino”. O Ensino Superior no Brasil é oferecido por Universidades públicas e particulares, onde as primeiras, além de alta seletividade, têm seus cursos ministrados, em grande maioria, no horário diurno, o que dificulta ainda mais a entrada dos estudantes dos meios populares, pela sua realidade precoce de trabalho. Além de que são jovens que vêm de um ensino básico público



contando com repetidos fracassos e desistências; professores mal pagos, faltosos e desestimulados; conteúdos defasados, dentre outros aspectos que faz do sistema de ensino público brasileiro um lugar de pouca qualidade.

Ao constatar o rol de defasagens do ensino público segue a investigadora indicando que “sem uma educação de nível médio adequada para competir por uma vaga no setor público e sem meios para pagar as mensalidades exigidas no setor privado, esses grupos têm grande probabilidade de permanecerem excluídos do acesso” (NEVES, 2013, p.283). Esta uma das iniquidades no acesso ao Ensino Superior no Brasil, ou seja, baixa qualidade no ensino básico impacta nas condições de sucesso a fim do ingresso nas Instituições de Ensino Superior (IES), mesmo com as políticas de inclusão social neste nível de ensino.

Silva (2003) analisou a caminhada rumo à Universidade, de jovens do complexo de favelas da Maré no Rio de Janeiro, cuja abordagem voltou-se para reconhecer quais os aspectos que levam estudantes de um meio social análogo, quanto às características sociais, culturais e econômicas, a seguirem trajetórias marcadamente distintas. A dimensão analisada vem através da pergunta: Por que uns e não outros? O estudo revela que “uma das variáveis fundamentais para longa permanência escolar é o grau de identificação existente entre o agente e a instituição. No entanto, os alunos em geral, não concedem um significado maior ao conhecimento veiculado na escola” (p. 151). Ou dito por Charlot (2009, p. 81) “para eles, a escola é um lugar vazio. Frequentemente, estes jovens sentem-se responsáveis por essa falta de apetência, ao manifestarem uma boa vontade escolar um pouco triste e lancinante”. Mais ainda:

A escola faz sentido para o futuro mas não no cotidiano – em todo caso a escola oficial, definida pelo ensino, pelo professor, as lições e os deveres, as avaliações. O que falta à instituição escolar é um presente. Em princípio, o presente da instituição é o saber que ela transmite e o desejo por esse saber por parte dos alunos. (Charlot, 2009, p. 80).

Sem dúvida que nas últimas duas décadas o Ensino Superior no Brasil tem se estruturado de modo organizado e com vistas a melhores condições de acesso e qualidade, para isso foi criado em 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que através da Lei nº 10.861 compõe os princípios básicos para



avaliação das instituições, cursos e desempenho dos estudantes. Assim, o ensino, a pesquisa e extensão são contemplados como forma de que todos os aspectos do ato educativo sejam avaliados para possíveis intervenções, usando para isso instrumentos que vão desde a auto avaliação até a avaliação externa de elementos que englobam da estrutura da IES (Instituição de Ensino Superior) ao tipo de aula ofertado.

O acesso ao ensino superior brasileiro, apesar de em quase duas décadas ter se mostrado mais democrático, continua seletivo e não beneficiando na totalidade a população de baixa renda. Isto será ratificado pelo perfil do estudante que se encontra no ensino superior das Universidades públicas (ZAGO, 2006), instituições que possuem um alto nível de dificuldade nos exames de admissão. Portanto, os estudantes das camadas populares acabam já à partida encontrando condições demasiadamente desiguais frente aos grupos que tiveram a oportunidade de ingressar em cursos preparatórios, frequentar escolas com uma boa qualidade de ensino básico e obter as informações necessárias sobre os diversos recursos de acesso à Universidade. No entanto, aqui queremos mostrar a grande mudança ocorrida neste sentido, tanto de acesso, quanto de perfil do estudante hoje no ensino superior, tendo em vista que a realidade observada pela autora supracitada foi anterior à implantação dos programas de que falamos.

2. Os programas de acesso e as evidências na permanência no ensino superior

O acesso ao ensino superior brasileiro de muitas Universidades públicas era feito prioritariamente através do vestibular, sendo criado em 1998 o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) um caderno de provas comum para todo o país, aplicada em dois dias constando os conteúdos das disciplinas do Ensino Médio e mais a produção de uma redação, em que o estudante através da nota obtida poderá ingressar na Universidade pública ou ainda receber descontos na mensalidade de algumas faculdades particulares que tenham aderido ao programa. Esse exame é também a porta de entrada para o ProUni (Programa Universidade para Todos) em que um número de vagas é destinado aos alunos de baixa renda em instituições privadas de Ensino Superior. Programa que foi instituído em 13 de janeiro de 2005 através da Lei nº 11.096, onde fica decretada a



concessão de bolsas de estudo integrais e ou parciais para estudantes em instituições privadas de Ensino Superior, com ou sem fins lucrativos, traçando em seu Artigo 2º as características dos seus beneficiários:

I – estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral;

II – Estudante portador de deficiência nos termos da Lei;

II – Professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior ou pedagogia, destinados a formação do magistério da educação básica (2013, p. 91).

Além destes programas existe o sistema de cotas que podem ser designadas em raciais, sociais e as cotas para os estudantes provindos das escolas da rede pública. As cotas raciais se caracterizam por ações afirmativas, em que pessoas autodeclaradas negras, indígenas ou pardas através de um termo podem usufruir das ações próprias dessa política construída para minorar as desigualdades econômicas, sociais e educacionais dos sujeitos das diferentes etnias raciais. Foi através da lei nº 12.711, de agosto de 2012, em que se estabelece que todas as instituições de ensino superior devem destinar metade de suas vagas nos processos seletivos para estudantes egressos das escolas públicas, caracterizados e identificados por uma das condições acima mencionadas, quer seja em sua etnia, em sua posição social ou na origem escolar.

O aluno que se enquadra no sistema de cotas concorre dentro de um percentual de cinquenta por cento reservado nos processos seletivos das Universidades e Institutos federais, em cada curso e turno. A considerar estas vias de acesso, observamos que ações governamentais têm tentado democratizar a entrada no ensino superior e, em especial, favorecer os estudantes das camadas mais populares da sociedade. Muitas críticas têm sido construídas em torno da discussão de que o sistema de cotas proposto possa atenuar desigualdades raciais e socioeconômicas dos estudantes brasileiros. De um lado, parte de instituições e sociedade civil defendem que a política de cotas são uma espécie de pagamento de uma dívida que se arrasta há mais de quinhentos anos onde negros e pobres foram servidos às arbitrariedades dos seus senhores e destituídos de quaisquer direitos; de outra parte, acredita-se que as cotas são um jeito assistencialista de conduzir sujeitos acomodados à mesma subserviência, além de gerar o preconceito de que são pessoas com menor capacidade por isso não competem de igual para igual.



A sobrevivência no Ensino Superior brasileiro, mesmo sendo público, incorre em imensas dificuldades, pois, pelo que observamos, segue uma trajetória de exclusão das camadas populares desde etapas anteriores de escolarização, uma vez que a dinâmica escolar não oferece condições de permanência aos estudantes deste grupo. Isto está evidenciado nas reprovações no exame vestibular, na dificuldade em compreender conteúdos que foram defasados durante o ensino básico e pelo perfil de quem até pouco tempo estava no ensino superior. Enfim, o sistema de ensino público brasileiro mostra-se ineficiente para preparar com qualidade os indivíduos que recebe, pois, os próprios estudantes evidenciam através de sua trajetória acadêmica as lacunas na formação que tiveram, criando a consciência de que a escola pública é fraca. Achados da investigação de Correa e Rocha (2012, p. 438) apontam para tal, a partir do relato dos próprios estudantes, interpretado como:

A consciência genérica – podemos dizer, consensual na nossa sociedade – de que “a escola pública é fraca” vai ganhando contornos concretos quanto à quantidade de conhecimentos de que deveriam ter se apropriado no Ensino Fundamental e no Ensino Médio e à gravidade das suas defasagens, quando se colocam na posição de quem também quer frequentar o Ensino Superior.

Muitas investigações e discussões têm sido feitas com relação ao ensino superior e suas bases de acesso com as políticas sociais, no entanto, as estratégias de permanência continuam carecidas de planejamento. A Universidade mesmo com sua plataforma de ensino, pesquisa e extensão, continua pouco envolvida com intervenções efetivas nos contextos socioculturais e comunitários, sem dúvida que hoje tenta articular estas dimensões de modo mais interventivo que há tempos atrás, como observa Santos (2015, p. 203):

As universidades tinham promovido uma arrogante cultura de distância e de indiferença em relação aos problemas concretos da cidadania. O ativismo de cidadãos, em articulação com cientistas empenhados, conseguiu colocar a busca de relevância e responsabilidade social na agenda política universitária.

Silva (2012, p.42) observa que “na discussão sobre o vínculo entre universidade e sociedade, como um compromisso social, inclui a difusão e o papel desempenhado



pela produção de conhecimento na promoção do pensamento crítico que articula ensino, pesquisa e extensão”. Desse modo, os conhecimentos produzidos na academia, se não articulados com a realidade social, perdem seu sentido. Pensando ainda que o tecido social é construído por pessoas das mais diversas condições e oferecer, não apenas o acesso, como também uma intervenção na realidade social dos sujeitos através do conhecimento, é compromisso de quem faz Ciência.

Com referência à escolaridade dos estudantes dos meios populares, dados do IBGE (2014) através do sistema de Síntese de Indicadores Sociais (Sis) considerando o período de 2004 a 2013, observa que o acesso às universidades públicas dos estudantes com baixa renda aumentou significativamente. De acordo com a estatística, em 2004, somente 1,4% dos estudantes pertencentes aos 20% com os menores rendimentos, ou seja, um quinto, frequentavam o ensino superior público. No ano de 2013, esse percentual chegou a 7,2%, o que significa que em uma década a proporção de acesso chegou a números nunca antes vistos. Vale lembrar que, apesar da enorme relevância desses dados para o ensino dos estudantes dos meios populares, isso ainda não significa a manutenção e consequente conclusão do ensino superior para essa população.

O percentual acima mencionado aponta também para outra questão: a escolaridade dos meios populares aumentou, tendo em vista o maior número de estudantes socioeconomicamente desfavorecidos que chegam ao Ensino Superior. A ocorrência desta mudança está atrelada às políticas públicas implantadas neste período através de diversos programas, sobretudo, aqueles específicos ao Ensino Superior.

Dentre estes programas, mais uma vez citamos o Sistema de Cotas, o ProUni, além do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) em que o governo federal financia o curso de graduação ou licenciatura nas Faculdades privadas e ao ser diplomado o estudante começa a pagar, o que gerou maiores possibilidades aos estudantes socioeconomicamente desfavorecidos. Os números lançados com a atuação dos programas de acesso, são indicadores de que o Ensino Superior brasileiro tem saído de uma condição elitista para favorecer estudantes dos diversos níveis socioeconômicos de um modo igualitário.

Também deve ser citado o Programa Expandir (2003 - 2006) denominado pela expressão ‘Expansão com Interiorização’, consegue expandir o campus das



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

Universidades Federais para lugares remotos com referência à capital dos Estados, constituindo-se em mais uma das possibilidades de acesso para aqueles estudantes que não teriam como sair de suas cidades interioranas e instalar-se nas grandes cidades, polo das Universidades. Este programa traz em seu bojo o ideal de saldar uma dívida por tantos anos de exclusão, assim, tenta levar ao Ensino Superior, grupos nem sempre minoritários, mas que estiveram apartados das reais condições de acesso, em detrimento do lugar onde vivem.

Logo depois do estabelecimento do programa de interiorização foi articulado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007, que tem como objetivo viabilizar o acesso e permanência no Ensino Superior, sendo assim, a meta global do Reuni diz respeito à elevação gradual na taxa de conclusão dos cursos de graduação presencial. Nesse programa, as Universidades Federais apresentam seus planos de reestruturação ao Ministério de Educação e Cultura - MEC que serão avaliados segundo a consistência entre os propósitos expostos e as exigências de adesão ao programa. Uma vez aprovados, terão execução financeira garantida pelo MEC.

O Programa Reuni enceta uma preocupação de maior significado com a manutenção do Ensino Superior, sobretudo, para os estudantes dos meios socioeconômicos desfavorecidos. Apresenta forte legitimidade quanto às práticas pedagógicas utilizadas nas IES, ainda tradicionais, alerta para os altos níveis de evasão dos estudantes de graduação e a falta de implementação, em algumas IFES (Instituição Federal de Ensino Superior) de uma política de ações afirmativas, que toquem os estudantes de menor condição socioeconômica.

Por fim, observar-se com este programa um plano de reestruturação geral, com a integração de condições de acesso à nível de entrada do estudante no Ensino Superior e a aproximação física da Universidade no contexto local, assim como, a viabilidade na permanência ao ensino de qualidade.

3. A prática dos programas de acesso: uma reflexão sobre a qualidade

Algumas investigações foram desenvolvidas no sentido de avaliar a referência entre a instituição dos programas de acesso ao Ensino Superior e o número de



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

estudantes dos meios populares que de fato se beneficiam com estas políticas. Em termos percentuais, houve um aumento significativo na inclusão destes estudantes desde que começaram os programas até hoje. Uma destas investigações foi feita na Universidade Federal do Estado da Paraíba (UFPB) em que Jezine (2015) problematiza se as políticas públicas para Educação Superior estão garantindo a democratização do acesso a grupos em situação de vulnerabilidade, com referência maior ao Sistema de Cotas.

Os achados da investigação de Jezine (2015) abrem para a análise das políticas de acesso ao Ensino Superior no Brasil e em particular na UFPB, tendo em vista o perfil dos ingressos em cursos de Licenciatura e Bacharelado e a modalidade de cursos que aqueles que acessam o ensino superior pela Política de Cotas estão escolhendo. Este é um apontamento muito importante, pois ratifica a alta seletividade dos cursos de maior prestígio social como Direito, Medicina, Ciências da Computação, Engenharia e o distanciamento dos estudantes dos meios populares. A gerar uma nova modalidade de exclusão, por um lado não nega a democratização do acesso, por outro internaliza neste estudante que a sua formação de base não permite concorrer em cursos que requerem uma dedicação e desempenho intensos.

Outra investigação tomada na mesma vertente, foi realizada por Silva (2012) agora com referência à Universidade Federal de Pernambuco. Para esta pesquisa a investigadora escolheu o *campus* da cidade de Caruaru, nascido do processo de interiorização das Universidades Federais. Foi com referência aos desafios e problemáticas do programa 'Expandir' que a pesquisadora buscou compreender os elementos que evidenciam o processo de ensino-aprendizagem, na perspectiva dos estudantes (ingressantes e concluintes).

Do ponto de vista dos estudantes, Silva (2012) pontua que os fatores que dificultam o processo de aprendizagem são: a vivência do trabalho, que interfere negativamente no desempenho acadêmico; a postura docente, onde os professores são referidos como únicos detentores do saber, pouco estimuladores e indisponíveis ao trabalho discente; falta de infraestrutura física e pedagógica do *campus*, evidenciada pela necessidade de biblioteca, laboratórios e equipamentos para as aulas, sendo citado ainda, o barulho das obras que acabam dispersando a atenção dos estudantes; a



desarticulação entre teoria e prática, carente de dinâmica e motivação. Neste ponto é observado que a Universidade precisa repensar seu papel social, tendo em vista que em virtude do processo de interiorização é imprescindível articular os saberes acadêmicos com ações que beneficiem a região para qual está voltada.

De acordo com a investigação acima mencionada fica evidente que o programa de interiorização das Universidades Federais responde a maiores possibilidades de acesso, no entanto, em termos de permanência, o estudante dos meios populares continua com imensos sacrifícios. Com problemáticas ligadas à ordem socioeconômica, são estudantes trabalhadores que dispõem de menos horas de estudo extraclasse e com pouca participação nas atividades de pesquisa e extensão. As questões pedagógicas se evidenciam por muitos vieses, quer seja nos conteúdos apartados de sua função social, quer seja no comportamento docente, constituído por relações assimétricas e com intensas cobranças aos estudantes.

As políticas de inclusão instituídas no Brasil em pouco mais de uma década constituem um grande avanço. Estudantes pardos, negros, indígenas e vindos da escola pública tiveram maiores possibilidades em relação há um tempo histórico muito recente com marcas de fracasso e exclusão, majoritariamente neste grupo, no entanto, há inúmeras ressalvas a fazer, uma delas diz respeito à expressão ‘democratização do acesso’. O que significa viabilizar diversas fontes de acesso ao Ensino Superior, mesmo que isso incorra na não permanência no curso ou na opção por graduações que gozam de baixo prestígio social? Como dinamizar a participação na política de ensino, pesquisa e extensão do estudante-trabalhador, para além da oferta de bolsas de estudo, que nem todos conseguem obter?

Com relação às mudanças diretamente ligadas à educação, o ex-presidente Michel Temer propôs reformas para o Ensino Médio ainda no mesmo mês em que tomou posse no cargo, inicialmente como Medida Provisória, mas agora já aprovada como Projeto de Lei pelo Senado Nacional. As novas diretrizes para o Ensino Médio apresentam mudanças que incidem no currículo, operado pela Base Nacional Comum Curricular-BNCC, que ainda está sendo construída; na carga horária, que além do aumento no número de horas, tem obrigatoriedade em apenas 60% com conteúdos da BNCC, ficando os restantes 40% optativo conforme interesse do aluno e oferta da



escola; e, no aumento das escolas em tempo integral. A base curricular contemplará as cinco áreas formativas que seguem: 1- Linguagens e suas tecnologias; 2- Matemática e suas tecnologias; 3- Ciências da natureza e suas tecnologias; 4- Ciências humanas e sociais aplicadas; 5- Formação técnica e profissional.

As escolas não são obrigadas a ofertar as cinco áreas, mas terão que vivenciar pelo menos duas delas, essa divisão em áreas é chamada de “itinerário normativo” e será aprofundada pelo estudante a depender de sua escolha. Mesmo que a reforma não preveja mudança para o Enem, acredita-se que esta será indispensável para que haja a promoção da maioria dos estudantes e que o processo diminua as desigualdades que conseqüentemente serão maiores, mesmo sabendo que a base curricular comum ajudará no planejamento dos conteúdos para todos os estudantes do país. No entanto, a reforma por si não dará conta de corrigir as dificuldades da Educação no Brasil e as imensas distorções entre o ensino público e privado, impossibilitando a muitas escolas, pela sua estrutura e recursos, oferecer mais de um itinerário normativo. O que deixa os alunos de algumas escolas públicas, a partida, em desvantagem em relação aos demais.

As reformas sancionadas para o Ensino Médio terão impacto significativo no acesso ao Ensino Superior, principalmente dos estudantes dos meios populares, tendo em vista que as escolas públicas brasileiras não conseguem oferecer as cinco áreas de concentração curricular indicadas na Reforma, o que supostamente diminuirá as *chances* desses estudantes em relação à uma formação integral para que assim possam concorrer de modo mais justo com os demais. O mesmo acontece a despeito do aumento de escolas em tempo integral, inviabilizando a frequência do aluno trabalhador e, conseqüentemente, relegando este grupo ao ensino compensatório dos programas de aceleração.

Para o Ensino Superior algumas mudanças foram sentidas, não em termos estruturais como no Ensino Médio, mas a nível de financiamento e acesso. O resultado do censo da educação superior para o ano de 2016 indicou uma diminuição no número de matrículas em relação a uma crescente nos últimos dez anos. A rede privada teve o maior percentual na queda das matrículas (-6,9%) e isto pode estar ligado a mudanças nas regras do financiamento estudantil praticado pelo governo federal, mesmo sabendo que a rede pública também sofreu baixas (-2,6%), entende-se que o Prouni e o Fies são



programas, de acesso e de financiamento, respectivamente, que favoreceram a manutenção e conclusão dos cursos para muitos estudantes na última década. Mesmo com o incremento de verbas para o Fies, pulando de 12,2 para 17,8 bilhões em 2015, as mudanças na política de adesão ao fundo de financiamento demarcaram a queda de matrículas, sendo isto já indicado pela rede privada com o número de vagas ociosas destinadas ao programa, com o não fechamento de contratos devido às novas exigências.

O censo do Ensino Superior, realizado pelo Inep, se constitui no levantamento mais completo e detalhado da realidade desse nível de ensino no Brasil, assim como dos demais. A indicar que nos anos de referência (2014/2015) houve, se não uma queda significativa no número de alunos no Ensino Superior, mas uma desaceleração, que se mantiver a constância, constituirá em um retrocesso nos projetos colocados em prática desde o ano de 2004, quando os índices começaram a melhorar gradualmente em termos de acesso e manutenção da vida acadêmica.

Os cursos de pós-graduação, como mestrados e doutorados, assim como graduações financiadas pelo governo federal para serem cursados através de intercâmbios em Universidades estrangeiras, também sofreram mudanças, fazendo com que alguns estudantes que já estavam em outros países retornassem ao Brasil, caso o curso estivesse no início. O programa nomeado por Ciência sem Fronteira-CsF foi instituído desde o ano de 2011 e promove a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A meta do programa era de que até o ano de 2015 pudesse ofertar bolsas de estudo no exterior a 101 mil estudantes, desde a sua criação vinha mantendo seus objetivos, no entanto, sofreu em 2016 um corte na modalidade graduação e, considerável redução nas bolsas para os estudantes de pós-graduação.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, agência que fomenta a formação de pesquisadores no país teve suas bolsas cortadas, além da suspensão de financiamentos já existentes, a concessão de novas bolsas foi temporariamente adiada. O governo garante retorno assim que a meta fiscal for atingida, mas não há previsão de tempo para isto. O contingenciamento de bolsas recebeu críticas



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

de professores, alunos e cientistas de todo país alegando um retrocesso no desenvolvimento de políticas em áreas estratégicas, a exemplo da saúde.

A questão acima mencionada terá impacto significativo no número de profissionais com mestrado e doutorado que nos últimos anos cresceu consideravelmente, de acordo com percentuais apresentados pelo governo a taxa de mestres cresce 11% ao ano. O levantamento organizado e divulgado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos-CGEE, intitulado de Mestres e Doutores 2015, descreve a elevação na taxa dos títulos concedidos a estes níveis de formação, tendo como referência o período de 1996 a 2014. Para o grau de mestre houve um aumento de 379% na concessão de títulos, como base de cálculo tivemos no ano de 1996, 10.482 diplomados, caminhando para o significativo crescimento de 50.206 títulos de mestrado em 2014. No entanto, apesar da elevação na taxa, atualmente, é observada uma estagnação, se considerados os cinco primeiros anos dessa marcação temporal e os cinco últimos.

De acordo com a análise feita pelo CGEE a partir de dados apresentados pela Capes, a primeira metade desse período é marcada pelo aumento na implantação de programas de mestrados e doutoramentos, tendo na segunda metade, uma diminuição na produtividade dos programas. Portanto, os planos de estudo de mestrados e doutoramentos foram responsáveis pela ascensão acadêmica de muitos estudantes, na ampliação do número de vagas, na oferta de bolsas de iniciação científica, nos projetos de intercâmbio, nos planos de financiamento, implantação dos programas de mestrado profissional, modalidade que não existia até o ano de 1999, quando foram titulados 56 mestres nessa categoria, elevando-se para 5.723 em 2014, dentre outras tantas formas de aquisição aos mais elevados níveis de formação.

Com relação ao título de doutor, a mesma referência de tempo (1996-2014) diz da excepcionalidade do crescimento, com uma taxa 486,2% de aumento, uma elevação percentual maior que para os títulos de mestre. Em números exatos isso quer dizer que em 1996 foram outorgados 2.854 títulos de doutor, enquanto que no ano de 2014 foram concedidos 16.729 títulos.

O último corte orçamentário ainda anunciado pelo governo Michel Temer trouxe uma redução de 4,3 bilhões para o Ministério da Educação, assim, o orçamento definido



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

para 2017 em 35,74 bilhões caiu para 31,43 bilhões. Segundo a Agência Brasil, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC ficou com o orçamento de 4,5 bilhões, havendo um contingenciamento em fevereiro deste ano de 2019 para 4,1 bilhões, isto representa uma enorme queda em relação a outros períodos e uma diferença sem precedentes no incentivo à pesquisa no país. Cortes que já vinham sendo praticados desde 2015, tiveram um drástico aumento em 2018 deixando Universidades e Institutos Federais sem alternativa na redução de serviços, infraestrutura do campus, continuação de pesquisas e manutenção de bolsas de estudo.

Em julho de 2019 foi lançado o programa Future-se do governo federal, com a proposta de alterar a estrutura de financiamento e gestão das Universidades e Institutos Federais. Na ocasião o então ministro da educação Abraham Weintraub negou que haverá cobrança de mensalidade ou privatização destas instituições, garantindo que a intenção é flexibilizar a captação e gestão de recursos. Dentre as ideias estão a criação de um fundo que poderá chegar a R\$ 102 bilhões em recursos, onde a União contribuirá com R\$ 50 bilhões levantados com a venda de imóveis; permissão para que as Universidades usem suas receitas próprias e organizações sociais para gestão de contrato de serviços, como vigilância, manutenção e limpeza. Até o presente a questão ainda não foi fechada, quer em Medida Provisória ou Projeto de Lei, porém, espera-se que de fato estas mudanças não gerem custos aos estudantes, sobretudo, aqueles que a pouco tempo tiveram seu ingresso nas Universidades Federais pelos benefícios dos programas de acesso, assim como, pela condição de gratuidade.

Por fim, vale lembrar que atualmente o governo federal não tem conseguido engajar nenhuma medida que a curto prazo dê conta de favorecer os setores mais necessitados da sociedade, o que revela a premência de ações afirmativas a fim de amenizar desigualdades nas quais o país está novamente imerso. Vários setores da sociedade sofrem com um gerenciamento onde a população não tem qualquer participação política na análise e decisão sobre projetos, como assim se espera de uma democracia. Quando as verbas da educação são cortadas como medida de contenção de gastos, quando há a paralização de serviços básicos de saúde por falta dos suprimentos necessários aos procedimentos terapêuticos, quando desaparecem serviços especializados e específicos aos estudantes com necessidades especiais, assim como



políticas inclusivas de toda ordem, a sociedade começa a viver dias sem esperança e os impactos trazidos aos sujeitos das camadas mais empobrecidas da sociedade começam, sobretudo, na manutenção da escolaridade. Afinal, em um ambiente onde as necessidades de saúde, moradia, emprego e alimentação estão evidentes, a procura pela escolaridade passa a ser secundária.

4. Conclusão

O Ensino Superior brasileiro ainda possui diferenças consideráveis entre as políticas públicas para Educação e as práticas de ensino, desde o nível básico. Nos últimos quinze anos os avanços foram significativos, com números que apontam para participação de grupos sociais vistos como uma exceção no Ensino Superior, por traçar uma ordem que desde muito cedo os colocava fora do Ensino Básico. Os índices de reprovação e evasão têm caído e conseqüentemente, o número de alunos que concluem a Educação Básica tem aumentado e os grandes preditores dessa mudança são os programas voltados ao acesso democrático, bem como as políticas de manutenção e permanência no ensino.

É evidente que as políticas sociais colocadas em prática no Brasil na última década favoreceram a implementação de programas mais inclusivos, além de projetos educativos voltados a grupos antes distanciados de condições de acesso um pouco mais igualitárias, ratificado pela elevação nos índices de permanência e conseqüente formação dos estudantes nos vários níveis de ensino, assim como, na procura dos sujeitos dos meios populares pelo ensino superior, quer seja nas Universidades públicas ou privadas. O aumento considerável nas taxas de formação a nível de pós-graduação também serve como termômetro de que nos últimos anos a escolaridade do brasileiro tem melhorado, contemplando ainda, o número de pesquisas desenvolvidas indicando que a produção científica do país cresce, ou pelo menos crescia, fomentada pelos planos de financiamento e intercâmbio de conhecimento.

Os programas sociais e estudantis desenvolvidos na última década no Brasil, tiveram forte influência, pelo menos em termos estatísticos, para o acesso e manutenção da vida acadêmica de muitos estudantes. O programa de expansão das Universidades



Federais levou para os interiores do país a possibilidade do ensino superior para muitos, sobretudo, os jovens dos meios populares que por outras condições de acesso não teriam oportunidade. A ampliação das bolsas de iniciação científica, os programas de intercâmbio e financiamento da graduação, foram responsáveis pelo ingresso de milhares de alunos nas universidades públicas e privadas, com elevação gradual nas taxas de conclusão dos cursos e mesmo que o perfil destes estudantes esteja ligado aos sujeitos de maior condição socioeconômica, a universidade se apresentou nas últimas décadas mais diversa.

A realidade acima citada aponta também para uma questão a ser analisada em profundidade. A ideia de que o estudante das camadas populares estava nas instituições de ensino basicamente pelo amparo a necessidades fisiológicas como a alimentação, na merenda escolar, ou para estar cadastrado nos programas de repasse do governo, a exemplo do que foi o bolsa escola. Um olhar para esta justificativa de exclusão estrutural na sociedade brasileira, mostra o quanto oportunidades com programas sociais, políticas afirmativas e projetos que visem minimizar as desigualdades socioeconômicas e culturais pelas quais passam tantos grupos e pessoas, podem trazer e manter na escola sujeitos que mostram o prazer pela informação e conhecimento. Estes, sem dúvida, não são aqueles que tentam justificar como estudantes que não gostam da escola, não aproveitam as oportunidades ou não constroem sentido nos saberes acadêmicos.

Aqui procuramos evidenciar os principais programas de acesso e manutenção da vida acadêmica para o estudante brasileiro e que beneficiou, sobretudo, jovens dos meios populares que inclusive, já haviam perdido as esperanças de chegar ao ensino superior. Estes programas deram margem de acesso tanto em Universidades públicas quanto particulares, no entanto, é notória a necessidade que permaneçam em constante processo de atualização e fiscalização, pois invariavelmente as condições de acesso, não conseguem seguir o mesmo ideário com relação à manutenção. As práticas de dentro das Universidades continuam sendo excludentes, seletivas e classistas aos seus estudantes. Além de que com as mudanças políticas e econômicas pelas quais passou e passa o Brasil desde o ano de 2016, todos os programas sociais vigentes, muitos deles ainda precisando de consolidação, sofreram cortes drásticos em seu financiamento,



incidindo diretamente no número de estudantes cobertos por estas e outras políticas de inclusão.

Enfim, ainda são muitos os ajustes a serem enfocados para que as políticas de acesso estejam também arranjadas como políticas de manutenção do ensino. Observa-se um chamariz de atenção demandado à distribuição de vagas, porém, são poucas as políticas que tendem a corrigir as grandes distorções desde o Ensino Básico. Aos estudantes dos meios populares inserir-se no Ensino Superior de alta seletividade e com exigências de um ensino de excelência típicos das Instituições Federais, incorre em imensos esforços, com sacrifícios que a qualquer tempo, podem retirar este estudante do tão sonhado curso superior.

5. Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: desigualdades frente à escola e à cultura.** In. M. A. Nogueira.; A. Catani (orgs.). *Escritos de Educação* (pp. 43 a 72). Petrópolis: Vozes, 2015.

BRASIL. *Reuni: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.* Diretrizes Gerais. Plano de Desenvolvimento da Educação, 2007.

BRASIL. **Programa Universidade para Todos - ProUni.** Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005.

CHARLOT, Bernard. **A Relação com o Saber nos Meios Populares: uma investigação nos liceus profissionais de subúrbio.** Porto: CIEE/Livpsi., 2009.

CORREA, Lajara Janaína Lopes.; ROCHA, Maria Silva de Moura. **Disposições aos sacrifícios da escolarização: trajetórias de jovens das classes populares.** *Educação Temática Digital*, 14 (1), 414-441, 2012.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica (34). Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2014.

JEZINE, Edineide. Políticas de cotas e o acesso em cursos de bacharelado e licenciatura. In T. Estrela (Ed.) **Diversidade e Complexidade da Avaliação em Educação e Formação. Contributos da Investigação.** Atas do XXII Colóquio da AFIRSE Portugal. Lisboa: EDUCA/AFIRSE Portugal, 2015.



REH- REVISTA EDUCAÇÃO E HUMANIDADES e-ISSN 2675-410X

- NEVES, Clarissa Baeta. **Trajelórias escolares, famílias e políticas de inclusão social no ensino superior brasileiro**. In M. Nogueira, G. Romanelli.; N. Zago, (orgs). Família & Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares (278-311). São Paulo: Vozes, 2013.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Da Universidade à Pluriversidade: reflexões sobre o presente e o futuro do ensino superior**. Revista Lusófona de Educação, 31, pp. 201-212, 2015.
- SANTOS, Fernando Seabra.; FILHO, Naomar de Almeida. **A quarta missão da Universidade: internalização universitária na sociedade do conhecimento**. Imprensa da Universidade de Coimbra. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.
- SILVA, Neide Menezes. **Sucesso e Insucesso na Educação Superior: As representações sociais de estudantes do Centro Acadêmico do Agreste/UFPE**. Recife: Editora Universitária, 2012.
- SILVA, Jailson. **Por que uns e não outros? Caminhada de jovens pobres para a Universidade**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.
- ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares**. Revista Brasileira de Educação, 11 (32), 226-237, 2006.

Recebido: 4/6/2020.

Aceito: 8/12/2020.

Autoras

Geny Santos- Professora da Faculdade Maurício de Nassau/unidade Caruaru-PE

Psicóloga Clínica crp-02/15.299

Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias-ULHT/Lisboa.

Doutora em Educação pela ULHT/Lisboa.

Rua Pacheco de Medeiros, 129, bairro centro. Lajedo-PE

E-mail: genynpsi@hotmail.com

Isabel Rodrigues Sanches - Professora Associada, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Lisboa. Doutorada em Ciências da Educação (*Société, Handicap et Inclusion*), pela Universidade Lumière, Lyon 2 (França).

E-mail: isabelrsanches@gmail.com